

Diário do Legislativo de 11/10/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Aílton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líder: Luiz Tadeu Leite e Ronaldo Canabrava

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS Vice-Presidente

Deputado Alberto Pinto PPB
Coelho

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Doutor Viana PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Ivo José PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente
Deputado Geraldo Rezende PMDB Vice-Presidente
Deputado Mauri Torres PSDB
Deputado Bené Guedes PDT
Deputada Elaine Matozinhos PSB

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD
Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB
Deputado Hely Tarquínio PSDB
Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior
Deputada Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente
Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente
Deputado Marcelo Gonçalves PDT
Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão
Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB
Deputado Luiz Fernando Faria PPB
Deputado João Batista de Oliveira PDT
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Eduardo Brandão PMDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente
Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Haueisen
Deputado Carlos Pimenta PSDB
Deputado Adelino de PMDB
Carvalho
Deputado Nivaldo Andrade PPB

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT
Deputado Amilcar Martins PSDB
Deputado Eduardo Brandão PMDB
Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente
Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente
Deputado Márcio Kangussu PPS
Deputado João Batista de PDT
Oliveira
Deputado Aílton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB
Deputado Sebastião Costa PFL
Deputado Fábio Avelar PPS
Deputada Álvaro Antônio PDT
Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente
Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente
Deputado Eduardo Brandão PMDB
Deputada Maria Olívia PSDB
Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB
Deputado Dinis Pinheiro PSD
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Ailton Vilela PSDB
Deputado Wanderley Ávila PPS

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente
Deputado Pastor George PL Vice-Presidente
Deputado Dimas Rodrigues PMDB
Deputado Cristiano Canêdo PTB
Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTES:

Deputado Agostinho Patrús PSDB
Deputado Sargento Rodrigues PL
Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB
Deputado Arlen Santiago PTB
Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente
Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

SUPLENTES:

Deputado Marco Régis	PPS
Deputado Amilcar Martins	PSDB
Deputado Dimas Rodrigues	PMDB
Deputado Ambrósio Pinto	PTB
Deputado Bilac Pinto	PFL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 181ª reunião ordinária, EM 11/10/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.506, que dispõe sobre o pagamento de militares e servidores públicos ativos e inativos e de pensionistas do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.530, que atribui responsabilidade ao DER-MG pela construção, manutenção e reparos de trechos de estrada que menciona. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.550, que regulamenta o art. 66, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.551, que altera a Lei nº 12.622, de 25/9/97. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.554, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 20, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 4 a 11, 13 a 15, 17 e 18, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 21 a 100, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 3, 19 e 20, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 12 e 16, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 100.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.004/2000, do Deputado Márcio Kangussu, que institui o Dia Estadual de Manifestações contra o Trabalho e a Exploração Infantil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/99, do Deputado José Milton, que cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 795/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre o Programa de Regularização e Controle das Ilhas Fluviais e Lacustres do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 897/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre higiene bucal nas escolas de ensino fundamental e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 945/2000, do Deputado Márcio Cunha, que altera a Lei nº 13.464, de 12/1/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 998/2000, do Deputado Doutor Viana, que obriga o Estado a devolver ao cidadão a taxa de inscrição em concurso público que não for realizado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a política estadual de coleta seletiva de lixo. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 289/99, do Deputado Arlen Santiago, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Márcio Kangussu solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 540/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a busca de pessoas desaparecidas. A Comissão de Direitos Humanos perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui atendimento especial ao deficiente visual nas instituições bancárias. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 821/2000, do Deputado João Paulo, que altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 12.789, de 17/4/98. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 880/2000, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 12.730, de 30/12/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo da Mata o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 937/2000, da CPI do IPSM, que cria o Conselho de Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 940/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inhapi o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.043/2000, do Deputado Durval Ângelo, que atualiza a pensão de ex-Deputados cassados e concede indenização. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 48ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 11/10/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.656/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 44ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 11/10/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 538/99, da Deputada Elbe Brandão.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.084/2000, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 957/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.063/2000, do Deputado Miguel Martini; 1.064/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.085/2000, do Deputado Ivair Nogueira; 1.103/2000, do Deputado Edson Rezende; 1.116/2000, do Deputado Alberto Bejani; 1.126/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Requerimentos nºs 1.594/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.622/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.627/2000, do Deputado Doutor Viana; 1.646/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.652/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.660/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 47ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 11/10/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 941/2000, do Deputado Durval Ângelo.

Requerimentos nºs 1.590/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.612/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.613 a 1.615 e 1.617/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléa para as 9 horas do dia 11/10/2000, destinada à discussão e votação de pareceres, à votação de requerimentos, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.506, que dispõe sobre o pagamento de militares e servidores públicos ativos e inativos e de pensionistas do Estado; 14.530, que atribui responsabilidade ao DER-MG pela construção, manutenção e reparos de trechos de estrada que menciona; 14.550, que regulamenta o art. 66, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e dá outras providências; 14.551, que altera a Lei nº 12.622, de 25/9/97, e 14.554, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual, e 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei Complementar nºs 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado, e 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75; e dos Projetos de Lei nºs 1.004/2000, do Deputado Márcio Kangussu, que institui o Dia Estadual de Manifestações contra o Trabalho e a Exploração Infantil; 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências; 741/99, do Deputado José Milton, que cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências; 795/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre o Programa de Regularização e Controle das Ilhas Fluviais e Lacustres do Estado de Minas Gerais; 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências; 897/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre higiene bucal nas escolas de ensino fundamental e dá outras providências; 945/2000, do Deputado Márcio Cunha, que altera a Lei nº 13.464, de 12/1/2000; 998/2000, do Deputado Doutor Viana, que obriga o Estado a devolver ao cidadão a taxa de inscrição em concurso público que não for realizado; 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a política estadual de coleta seletiva de lixo; 289/99, do Deputado Arlen Santiago, que institui o Cadastro de Fomecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual; 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências; 540/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a busca de pessoas desaparecidas; 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui atendimento especial ao deficiente visual nas instituições bancárias; 821/2000, do Deputado João Paulo, que altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 12.789, de 17/4/98, que torna obrigatória a afixação do preço em produtos comercializados no varejo e dá outras providências; 880/2000, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 12.730, de 30/12/97; 900/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo da Mata o imóvel que especifica; 937/2000, da CPI do IPSM, que cria o Conselho de Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares; 940/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inhapim o imóvel que especifica, e 1.043/2000, do Deputado Durval Ângelo, que atualiza a pensão de ex-Deputados cassados e concede indenização; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de outubro de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Silveira, Antônio Genaro, Bené Guedes e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projeto de Lei nºs 1.138, 1.165, 1.084, 1.100, 1.114, 1.148, 1.155, 1.163, 1.170, 1.171, 1.180, 1.196, 1.207 e 1.223/2000.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2000.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Taxas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Cunha, Miguel Martini, Ambrósio Pinto e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2000, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2000.

Paulo Piau, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.024/2000

Comissão de Defesa do Consumidor

Relatório

De autoria do Deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em epígrafe estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais afixarem, em local visível, as limitações ao recebimento de cheques.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 18/5/2000, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A primeira Comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe, agora, a esta Comissão, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno, analisar a matéria quanto ao seu mérito.

Fundamentação

A matéria em análise versa sobre proteção e defesa do consumidor, uma vez que obriga os estabelecimentos comerciais que vendem a varejo a afixarem, em local visível, normas contendo as limitações ao recebimento de cheques, incluindo, entre essas normas, o limite máximo para pagamentos em cheque e instituindo penalidades para o infrator da lei.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90) estabelece como objetivo da política nacional das relações de consumo a dignidade do consumidor, a transparência e harmonia das relações de consumo, observados os interesses dos participantes da relação. Prevê ainda a compatibilização da proteção do consumidor com os princípios da ordem econômica, buscando o equilíbrio nas relações entre fornecedores e consumidores. Ademais, consagra o princípio da educação e informação das partes envolvidas na relação de consumo.

Dessa forma, embora se reconheça expressamente a vulnerabilidade do consumidor, na normatização da relação de consumo há que se buscar sempre a harmonia e o equilíbrio entre as partes, e não, somente o favorecimento do consumidor. A propósito, há que se levar em conta o alto índice de emissão de cheques sem fundo registrado nos últimos tempos. Esse quadro vem influenciando, de forma avassaladora, a relação de consumo, gerando, nitidamente, uma vulnerabilidade do fornecedor, que, nesse caso, se torna a parte prejudicada na relação.

Diante desse quadro, deve-se instituir uma norma que equilibre a relação, respeitando-se os direitos e deveres de ambas as partes.

Como bem apontou a Comissão de Constituição e Justiça, o cheque é uma ordem de pagamento, e não, moeda corrente. Sendo assim, o comerciante não é obrigado a recebê-lo, uma vez que não tem a garantia de sua solvência. Assim, observando-se os princípios do equilíbrio e da harmonia das relações, deve-se resguardar tanto o direito do comerciante de optar pelo não-recebimento do cheque quanto o direito do consumidor de obter informações sobre a sua aceitação e os critérios utilizados pelo estabelecimento. Não se pode deixar de observar que o cheque, embora não seja moeda corrente, é um dos meios mais utilizados nas relações comerciais, o que gera, de certa forma, uma presunção de sua aceitação. A maior parte dos estabelecimentos comerciais, ao anunciarem suas mercadorias, já prevêem o pagamento com cheque para 30 dias, e as vendas a prazo, em sua maioria absoluta, são realizadas por meio de cheques pré-datados. Diante dessa presunção, o aviso ao consumidor da não-aceitação do cheque se faz necessário para tornar a relação transparente. Dessa forma, tanto o consumidor ficará resguardado de situações constrangedoras e discriminatórias como o comerciante não terá problemas financeiros decorrentes da inadimplência.

Há ainda que se destacar que a instituição da obrigatoriedade apenas para o comércio varejista não faz sentido, devendo ela ser estendida a todos os estabelecimentos comerciais, para que seja observado o princípio da igualdade.

Diante do exposto, consideramos que o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça aperfeiçoou o projeto, tornando-o condizente com os objetivos do Código de Defesa do Consumidor.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.024/2000 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2000.

João Paulo, Presidente - Geraldo Rezende, relator - Elaine Matozinhos - Benê Guedes.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

178ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/10/2000

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, a nossa presença nesta tribuna é para registrar o exemplo que a população de Betim deu a todos nós, políticos ou não. Ao eleger Carlaile Pedrosa, os moradores de Betim não só interromperam um período de oito anos de governo do PT, como também manifestaram o desejo de mudança que impera na cidade desde que o segundo mandato petista se iniciou, em 1997.

Digo isso sem a intenção de tripudiar sobre os derrotados em Betim, nossos históricos adversários políticos. A advertência que faço é para todos aqueles que, ao ganhar um mandato, pensam na possibilidade do poder eterno, tanto é que o PT de Betim falava em ficar no poder por mais de 20 anos.

O PT, em Betim, caros colegas Deputados, cometeu erros gravíssimos na administração. Abandonou bandeiras históricas do partido e governou de maneira fechada. Privilegiou grupos em detrimento da maioria, e isso se vê claramente na distribuição de cargos e na desenfreada contratação de serviços terceirizados em benefício de apadrinhados políticos, muitos deles parentes dos mandatários do município e do próprio partido. Para piorar, o resultado é que nossa cidade viveu um período negro, em que o autoritarismo do PT se revelou como a principal marca de quem fala em democracia, mas não a pratica.

Os senhores podem me questionar por que o PT chegou ao segundo mandato. Chegou porque a Oposição, naquela época, se dividiu. Eu fui candidato, e Carlaile Pedrosa, hoje Prefeito eleito, em 96, também foi candidato. Erramos e perdemos a eleição, mas, naquela época, o povo já queria mudança. O PT, por sua vez, acreditou que ganhara a eleição e não enxergou o óbvio: nós, a Oposição, é que perdemos. Aí, iludido, o partido e o grupo que governava, capitaneados pela Deputada Federal Maria do Carmo e o atual Prefeito, Jesus Lima, passaram a acreditar que eram o supra-sumo da administração, os especialistas em política e os donos dos votos de Betim.

A administração petista atual, em comparação com a anterior, piorou. Primeiro porque o atual Prefeito herdou os desacertos da antecessora e os escondeu debaixo do tapete. Depois, porque, considerando-se donos dos votos, os dois grupos começaram a digladiar-se, deixando de governar e esquecendo os compromissos de campanha e as bandeiras do partido. Falta de aumento salarial para os servidores - por sete anos, os servidores não têm aumento salarial, embora a ex-Prefeita e Deputada Federal tenha feito a "lei do gatilho", que ela mesma não cumpriu nem o atual Prefeito; inexistência de política habitacional, pequena visão administrativa no que diz respeito ao desenvolvimento social de uma cidade do porte de Betim e outros atos fizeram com que a população se revoltasse ainda mais. E o partido, todo-poderoso dono dos votos, não percebeu o clamor das ruas.

Para piorar, a referida Deputada assumiu a condição de candidata já cantando vitória e impondo ao próprio partido sua vontade. Não abriu mão sequer da indicação do Vice. Pasmem os senhores que ela brigou e fez valer sua vontade para indicar como Vice um funcionário de seu gabinete. Isso porque, na visão dela e de boa parte do partido, bastava lançar nome, que os votos viriam naturalmente. O PT partiria, então, para o terceiro mandato e seguiria firme para cumprir sua meta, que era ficar 20 anos no poder em Betim.

A divisão que tivemos em 1996, neste ano, se transformou numa grande união, que foi a base sólida para a vitória de Carlaile Pedrosa. A indicação de seu nome, que contou com nossa efetiva participação, ofereceu à população de Betim um candidato relativamente novo na política, uma história de vida inatacável e uma pessoa muito querida na cidade. Isso foi o bastante para se contrapor àquele estilo sisudo do PT, que marcou suas administrações em Betim pela convocação de pessoas de fora para ocupar os principais cargos de chefia na Prefeitura.

Carlaile foi, na campanha, a cara de Betim. O jeito betinense de enxergar sua própria cidade ficou materializado não só em propostas sérias levadas ao eleitor, mas também no estilo simples de se apresentar aos cidadãos, com uma campanha de poucos recursos, mas com o pé no chão. Enquanto isso, do outro lado, uma campanha milionária, abusando da força da máquina da Prefeitura e atropelando tudo e todos que se colocassem no caminho, que consideravam o da vitória fácil.

Carlaile Pedrosa e seu Vice, Pinduca, que, em breve, deverá se assentar nesta Casa como Deputado, simbolizaram, na campanha, tudo aquilo que os betinenses querem: dignidade. O PT, quando se assustou com um empate técnico na disputa, passou a usar todos os tipos de ataques contra Carlaile. Chamaram um homem digno e honrado de tudo aquilo em que ninguém podia acreditar. Cabeça erguida e seguindo em frente, com o apoio da família, dos amigos e do próprio povo, o candidato aumentou o ritmo da campanha e buscou na fé em Deus a força necessária para enfrentar as acusações mais baixas da história de Betim.

No final, em desespero, a candidata do PT ainda se prestou a lançar uma pesquisa eleitoral, garantindo ter a preferência de 50% dos eleitores. O instituto é uma tal de Cooperativa de Pesquisa - COOPESQ.

O resultado das urnas mostrou a vontade de mudança, mostrou que Betim está mudando. Foi uma vitória de Carlaile, de Pinduca e de todo o povo de Betim. E as lideranças que deram apoio a essa campanha, e eu me incluo ao lado do Deputado Federal Vittorio Medioli e de tantos outros que abraçaram o nome de Carlaile, nada mais fizeram que acompanhar o clamor das ruas e a vontade soberana do povo. Clamor das ruas e vontade do povo que o PT ignorou tanto, que, do alto da presunção da candidata e seus aliados, lançou como "slogan" um poético "Porque a Gente Ama Betim". Ora, os filhos de uma cidade são todos os seus cidadãos, e nenhum filho pode ousar amar mais sua mãe que os outros irmãos. Quem ama não trai, e o PT em Betim traiu sua própria história, traiu a confiança dos moradores e ganhou, de troco, uma derrota que, até pouco tempo, era impossível.

Betim vai ganhar com Carlaile a partir de 2001, mas a cidade e a sua história política ganharam muito no dia 1º de outubro, quando o povo ensinou a todos nós que sua vontade vai sempre prevalecer sobre a prepotência, a arrogância e a gana pelo poder."

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado Ivair Nogueira, queria cumprimentá-lo, inicialmente, pelo pronunciamento. Mais do que isso, queria cumprimentá-lo pela participação decisiva, corajosa e vitoriosa na campanha de Carlaile Pedrosa, futuro Prefeito de Betim.

Acompanhei tudo com muito interesse. Sinto-me inteiramente à vontade para falar, porque não tenho pretensão em Betim, não tenho um único voto lá, não disputo votos lá. Apenas reconheço a grande liderança de V. Exa. como representante de Betim na Assembléia Legislativa. De coração aberto e sem interesse algum, quero cumprimentar V. Exa. e a população de Betim pela eleição do Carlaile. Eu o conheço há muitos anos, fomos colegas no Governo de Eduardo Azeredo. Sei da sua honradez, competência e do amor que tem a Betim, que o acolhe como futuro Prefeito.

Quero terminar o meu aparte dizendo a V. Exa. que existem paralelos importantes entre o que aconteceu em Betim e o que está acontecendo em Belo Horizonte. Em primeiro lugar, V. Exa. se referiu à arrogância e à prepotência da candidata derrotada.

A mesma arrogância, a mesma prepotência de um candidato, de um Prefeito candidato à reeleição em Belo Horizonte, que anunciou - e está registrado em várias fitas de vídeo e de áudio - que ganharia maciçamente a eleição no 1º turno. O Prefeito se tornou prisioneiro de sua própria presunção e conseguiu transformar uma eventual vitória numa massacrante derrota. Na verdade, foi derrotado no 1º turno, porque anunciou que ganharia com 51% a 52% de preferência contra 21% do Deputado João Leite, e, na verdade, a diferença ficou em torno de apenas 12%.

Da mesma forma, os senhores enfrentaram o uso abusivo da máquina administrativa, com uma campanha milionária, lá e cá. Foi a campanha da verdade contra a mentira; a campanha do tostão contra o milhão. Em Betim, em Contagem e em Belo Horizonte, para glória do povo de Minas Gerais, vamos ganhar as eleições nesses três municípios, tendo já começado por Betim. Meus parabéns a V. Exa., ao Carlaile, ao Deputado Vittorio Medioli, ao Pinduca e a todos os companheiros que participaram dessa vitória histórica em Betim.

O Deputado Ivair Nogueira - Muito obrigado, Deputado Amilcar Martins. Quero encerrar dizendo que nunca vi, na história de Betim, uma campanha com tanta distribuição de cestas básicas. Eram carretas e mais carretas à busca de Vereadores que chamavam de direita e lhes interessava levá-los para a chamada esquerda, mas o interesse único era ganhar as eleições a qualquer custo e a qualquer preço.

O povo de Betim recebeu as cestas básicas, mas votou em Carlaile e Pinduca. Tenho certeza de que, com os dois, Betim, nos próximos quatro anos, terá uma administração digna daquilo que está esperando. Hoje, a cidade é alegre, porque ficou, realmente, sem o PT. Nos últimos anos, administraram apenas para o partido, e não para a cidade. Betim quer um Prefeito que administre para a cidade, e não para o partido. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, visitantes, o objetivo que me traz a esta tribuna - o qual, aliás, anteriormente já me motivou a estar nela - é justamente o de comentar a "performance" do meu partido, o PMDB, nas eleições municipais, especialmente aqui, em Belo Horizonte. Sr. Presidente, da mesma forma como dizíamos anteriormente, gostaria de dizer que o PMDB, em Minas Gerais, cresceu em número de Prefeituras, porque elegemos Prefeitos. Não tivemos o crescimento que gostaríamos, mas efetivamente houve crescimento. Sem dúvida alguma, fizemos o maior número de Prefeituras no Estado, à semelhança do que fizemos no País.

É importante, para nós do PMDB de Belo Horizonte, demonstrar - e aqui, mais uma vez, ratificar - que estávamos absolutamente corretos quando lutamos pela candidatura própria em Belo Horizonte. Na oportunidade, dizíamos que, por um longo período, o PMDB, em Belo Horizonte, fez poucos investimentos, razão pela qual, em 1983, elegemos uma bancada com 23 Vereadores e, na última legislatura, elegemos tão-somente dois. Recordo-me de que, como peemedebista de Belo Horizonte, fui um dos primeiros, aqui mesmo, nesta tribuna, a lançar a tese da candidatura própria em Belo Horizonte. E dizia não apenas da necessidade de o nosso partido ter candidatura própria em Belo Horizonte, mas da necessidade de o PMDB reestruturar-se na cidade. Hoje, contamos com uma comissão provisória do partido, fase embrionária do futuro diretório municipal do PMDB. Infelizmente, por falta de investimento do próprio partido, não contamos com um diretório municipal, mas a comissão provisória, de que sou Presidente, sem dúvida alguma, teve um papel preponderante na ratificação da nossa candidatura própria. Os mais de 200 mil votos conquistados por nossa candidata, Deputada Federal Maria Elvira, com o nosso apoio, o apoio do PDT - que conosco compôs a chapa, emprestando o Deputado João Batista de Oliveira como Vice - e, ainda, o apoio do PV, do PMN, do PRONA e do PGT -, mostram que a "performance" do PMDB em Belo Horizonte é digna de registro, fazendo-nos crer que estávamos absolutamente corretos ao defender a tese da candidatura própria.

É importante dizer que foi uma eleição disputadíssima. A princípio, tínhamos quatro candidatos mais significativos. Depois, um deles renunciou - renúncia que, até hoje, não foi devidamente esclarecida -, mas os que tinham chance efetivamente disputaram a preferência do eleitorado belo-horizontino.

Mas, Sr. Presidente, ficaram algumas questões de fundamental importância. Conversava, ontem, com alguns Deputados Federais da bancada mineira do PMDB, os quais me diziam que já estava tramitando no Congresso um anteprojeto de lei que será assinado pelos líderes partidários, proibindo a divulgação de pesquisas próximo à eleição. Assistimos a um abuso de informações e manchetes de resultados de pesquisas, no dia, as quais prejudicaram bastante nossa candidatura. Entretanto, pudemos constatar que os números anunciados não eram verdadeiros.

Episódios à parte, o que me traz à tribuna hoje é a necessidade de ratificar o fato de que o PMDB de Belo Horizonte apresentou uma candidata - nossa companheira Deputada Federal Maria Elvira, que foi Deputada Estadual por duas vezes e é Deputada Federal, também, pela segunda vez, sempre pelo PMDB de Minas - à altura, e temos o orgulho de dizer que efetivamente o partido fez um belo papel, conquistando mais de 200 mil votos junto ao eleitorado.

Gostaria de dizer, também, Sr. Presidente, já que hoje há uma grande especulação em torno da definição do PMDB para o 2º turno, que estamos conversando com os Vereadores da coligação, os eleitos e os candidatos, e com os companheiros de outros partidos. No mais tardar até o final desta semana, o PMDB terá uma posição. É absolutamente especulativo imaginar que o partido tende para esta ou aquela candidatura ou para uma terceira tese. Posso afirmar que o partido está discutindo com muita responsabilidade, mas efetivamente não há, no momento, nenhuma tendência.

Em uma reunião, ontem à noite, da Executiva do partido com alguns de nós da comissão provisória do PMDB, ratificamos a postura de que o PMDB se manterá coeso e unido em uma decisão, que anunciará nos próximos dias. Mas o importante é que, neste momento, façamos duas avaliações: verificar aquilo que é melhor para a cidade, para o município de Belo Horizonte e, nesse contexto, enquadrar o nosso partido, o PMDB, que obteve praticamente 18% dos votos, mais de 200 mil votos nesta eleição, o que nos dá a responsabilidade de representar uma grande parcela dos belo-horizontinos. Para quaisquer decisões a serem tomadas, ouviremos os companheiros do partido e nossos candidatos a Vereador. Temos,

também, compromisso com o PDT, com o PV, com o PMN, com o PRONA e com o PGT, que estiveram conosco sem nos pedir um centavo. Esses companheiros nos apoiaram incondicionalmente, dentro do projeto político de levar a nossa candidata ao 2º turno e à vitória. Nosso partido teve uma grande "performance" em Belo Horizonte.

Aproveito para cumprimentar o companheiro Ronaldo Canabrava, que se elegeu Prefeito da nossa querida Sete Lagoas, representando o nosso partido, o PMDB. Trata-se de um companheiro honrado e que merece todo o nosso respeito. Gostaríamos de eleger outros companheiros, o que infelizmente não foi possível. Mas todos os que direta ou indiretamente participaram dos pleitos honraram nossa legenda. Nós, do PMDB, temos uma contabilidade positiva para mostrar à sociedade mineira, especialmente à belo-horizontina. Todos os Deputados foram testemunhas de uma eleição difícil, em que a falta de recursos foi a grande marca. E nós, do PMDB, apesar de não termos os resultados que gostaríamos, registramos um crescimento do nosso partido, o que é extremamente valoroso.

Concedo aparte ao Deputado Amilcar Martins.

O Deputado Amilcar Martins* (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento e a Deputada Maria Elvira, por sua "performance" nas eleições, das quais saiu engrandecida, assim como seu partido. O PMDB teve uma campanha limpa, correta, honrada, dignificando as pessoas que participaram do processo.

O Deputado Márcio Cunha - Agradeço o aparte do ilustre Deputado. A Deputada Federal Maria Elvira, que se encontra descansando nestes últimos dias, solicitou-me que a representasse. E, aproveitando a audiência da TV Assembléia, agradecemos a cada um daqueles que acreditaram na proposta da Deputada Federal, dizendo-lhes que valeu a pena. O sonho de estarmos à frente da Prefeitura de Belo Horizonte continua, embora não se tenha realizado neste momento.

O Deputado Rogério Correia* (em aparte) - Deputado Márcio Cunha, parabeno V. Exa. por tratar desse assunto. De fato, a Deputada Maria Elvira, apesar de enfrentar uma campanha difícil e muito disputada, portou-se de forma exemplar, tendo uma votação expressiva, mostrando a sua garra e a do PMDB. Ao mesmo tempo, Deputado Márcio Cunha, parabeno-o por seu desempenho e lealdade para com seu partido durante a campanha.

O Deputado Márcio Cunha - Agradeço ao ilustre Deputado Rogério Correia e agradeço a paciência dos Deputados e do Sr. Presidente. Mais uma vez, agradeço ao Deputado João Batista de Oliveira, que, numa escolha democrática, aberta e participativa, foi indicado Vice da nossa coligação, dignificando a nossa chapa, com um comportamento exemplar e digno deste registro, deste elogio nosso, da Deputada Maria Elvira e do PMDB. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amilcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de abordar o assunto que me traz mais uma vez a esta tribuna, vou referir-me, apenas de passagem, de forma serena e tranqüila, aos ataques de que fui alvo por parte do Deputado Sargento Rodrigues, cuja ausência respeito, embora lembrando que a obrigação dos Deputados é participarem das reuniões ordinárias da Assembléia Legislativa. Portanto, o meu respeito não é motivo para que deixe de fazer alguns comentários.

Tivemos, ontem, um entrevero, em que o Deputado Sargento Rodrigues referiu-se de maneira desrespeitosa ao Deputado João Leite e à minha pessoa. Reagi, dizendo que, provavelmente, aquilo era indicativo do despreparo do Deputado para o exercício do seu mandato parlamentar. Dito isso, subi à sala de imprensa, no momento em que acontecia um ato político de importância fundamental para o meu partido e para a candidatura do Deputado João Leite. Portanto, estava no pleno exercício do meu mandato como Deputado Estadual. No entanto, neste Plenário, o Deputado Sargento Rodrigues referiu-se de maneira desrespeitosa não à minha pessoa - quero chamar a atenção de todos para isto, dizendo que não aceito e não admito descaminhar-se uma disputa política para questões familiares -, mas à minha família. Não admitirei, em nenhum momento, que ninguém, muito menos ele, refira-se à minha família de forma desrespeitosa. O Deputado Sargento Rodrigues não teve o privilégio de conhecer bem as pessoas da minha família e, de maneira particular, o meu pai, Amilcar Vianna Martins, homem honrado e respeitado no Brasil e no mundo, pelo seu trabalho em defesa da população pobre do nosso País. Dedicou toda sua vida - mais de 60 anos como pesquisador da UFMG e professor titular de Parasitologia - a estudar as doenças que afligem a população pobre, como a leishmaniose, a malária, a esquistossomose, a doença de Chagas, etc. No entanto, o Deputado Sargento Rodrigues, de forma intempestiva, desconhecendo a realidade da minha história de vida, disse que sou "mauricinho", filho de família rica.

Ele não sabe que meu pai foi um funcionário público que morreu honradamente pobre. Deixou apenas, para a sua família, a casa em que morava. Dedicou-se à ciência e, no exercício da sua profissão, contaminou-se pela esquistossomose e pela doença de Chagas. Quem o Sargento Rodrigues pensa que é para falar do meu pai? Com que autoridade fala de um homem que educou os seus nove filhos de forma honrada e correta? Todos os seus filhos estudaram na UFMG, onde foi professor catedrático, titular e, depois, emérito. Ele foi consultor da Organização Mundial de Saúde, como maior autoridade mundial em leishmaniose, que é uma doença que aflige a população pobre de Minas Gerais. Com que autoridade moral esse senhor, que hoje envergonhou a Assembléia Legislativa, vem falar da minha família? Não lhe dou esse direito. Não tive o privilégio de conhecer a sua família, mas ele não conhece a minha, também. Meu pai foi um funcionário público modesto que dedicou a sua vida à ciência, à pesquisa e a procurar minorar os males da população pobre do nosso Estado. Nenhum Sargento, nenhum Cabo e nenhum Coronel tem o direito de falar da honradez e da seriedade do meu pai e da minha família. Não tenho medo de Sargento, como não tive medo dos Generais durante o golpe militar, pois os enfrentei. Como professor de História, lembro-me da época do Hermes da Fonseca. Há vários professores neste Plenário que se lembram bem de um "sargentão" sem compostura. Essa foi a expressão usada à época do Hermes da Fonseca. Nenhum "sargentão" sem compostura falará da honradez, da dignidade, da seriedade, da hombridade e da honestidade do meu pai. Não lhe dou esse direito. Caso tenha um mínimo de dignidade, como ser humano e como cidadão, terá de se retratar.

O Deputado Mauro Lobo* (em aparte) - Associe-me à sua indignação. O Prof. Amilcar Vianna Martins foi um grande cientista mineiro que deixou o seu nome não apenas como pesquisador, mas também como um homem de presença, de coragem e de posição. O Deputado estava certo quando falou que V. Exa. nasceu em berço de ouro. V. Exa. nasceu em berço de ouro em termos de qualidade, e não, de quantidade.

O Deputado Antônio Genaro* (em aparte) - Essa sua indignação deve ser manifestada não apenas por V. Exa., mas também por todos os Deputados honrados. Quem não sabe brigar com idéias políticas e administrativamente não tem qualidade para exercer um cargo público. Já tive a oportunidade de passar por uma experiência parecida. A qualidade de um Deputado ou de um homem público é demonstrada ao saber lutar politicamente, sem que, para isso, tenha de entrar na vida particular de qualquer indivíduo.

Quem apela para ofender familiares, apoiando-se em pecados ou defeitos da vida particular do indivíduo, é porque não tem competência para exercer o cargo que está exercendo. Por isto parabeno V. Exa.: porque seu pronunciamento vem impor a esta Casa a exigência do respeito de todos para com todos com relação à vida familiar e privada.

O Deputado Amilcar Martins* - Obrigado, Deputado. Agradeço seu pronunciamento, e é exatamente nesse sentido que falo.

Vou ao segundo assunto: foi publicada hoje, nos jornais de Minas Gerais, a tabela para pagamento dos funcionários públicos, que começa no dia 13, numa sexta-feira. Quero fazer dois comentários. Em primeiro lugar, um comentário em relação ao líder sindical Renato Barros, que diz que o Governador Itamar Franco está se comportando como se fosse o Governador Eduardo Azeredo. Não há nenhum problema se o Renato Barros quer peleguear, quer agradar ao Governador Itamar Franco, não quero discutir isso. Não tenho nenhum tipo de relação com ele. Discuto a profunda injustiça da sua afirmação.

Tenho em mãos a tabela da ordem de pagamento ao longo dos quatro anos da administração do Governador Eduardo Azeredo. Para dar exemplo, estou com a tabela de 1998, que foi o ano mais difícil da administração. Em nenhum momento, nem uma única vez, volto a afirmar, para clareza do meu raciocínio, nem uma única vez, o Governo Eduardo Azeredo pagou a primeira chamada no dia 13. De uma maneira geral, pagou no primeiro dia útil do mês. Tenho a tabela. Salário referente a janeiro, pagou no dia 4 de fevereiro. Salário referente a fevereiro, dia 5 de março. Salário referente a março, dia 4 de abril. Salário referente a abril, dia 8 de maio. Salário referente a maio, dia 8 de junho. Salário referente a junho, dia 5 de julho. Salário referente a julho, dia 6 de agosto, e assim por diante.

Quero chamar a atenção dos Deputados para o seguinte dado: no mês de julho, no auge da crise e das dificuldades financeiras do Governo Eduardo Azeredo, no dia 13, que corresponde ao primeiro dia da chamada para os funcionários mais pobres, os que mais precisam receber em dia, em 1998, o Governo Eduardo Azeredo já havia pago 85,5% da folha de pessoal. Repito, no dia 13, que agora é o primeiro dia de pagamento da folha, em julho de 1998, já havia sido pago 85,5% da folha do pessoal, com o critério estabelecido no Governo Eduardo Azeredo de que os últimos a receber seriam exatamente o Governador, o Vice-Governador, os Secretários e o primeiro escalão. Tenho aqui as tabelas referentes a 1997. Primeira chamada. Janeiro, dia 3 de fevereiro; fevereiro, dia 3 de março; março, dia 2 de abril; abril, dia 2 de maio; maio, dia 2 de junho; junho, dia 1º de julho; julho, dia 1º de

agosto; agosto, dia 1º de setembro; setembro, dia 1º de outubro; outubro, dia 5 de novembro; novembro, dia 5 de dezembro; dezembro, dia 9 de janeiro. Tenho os números e desafio o Governo, o Secretário da Administração, o pelego Renato Barros, qualquer pessoa ligada ao Governo Itamar Franco a discordar ou desmentir os números que estou apresentando.

Pagamos como regra, com pouquíssimas exceções, a primeira chamada no primeiro dia útil do mês, respeitando a necessidade dos funcionários mais pobres, daqueles que recebem menos. Isso foi verdade para 1995, 1996, 1997 e, até mesmo, para 1998, que foi o ano mais difícil da administração Eduardo Azeredo. Não é verdade, portanto, o que afirma o sindicalista Renato Barros: que essa atitude do Governo Itamar Franco equivale ao comportamento de pagamento do Governo Eduardo Azeredo. Tenho as tabelas.

Termino a minha fala com esses dois comentários. Respeito todos os Deputados nesta Casa como companheiros de trabalho, e o meu comportamento em relação a todos é prova disso. Temos discordância no plano político, ideológico, mas tenho respeito pessoal por todos. Então, nenhum Deputado, nem mesmo este que está à minha frente, neste momento, tem o direito de discutir a honradez, a seriedade, a honestidade da minha família e, muito menos, de meu pai, que foi um homem honrado, correto, respeitado em Belo Horizonte, em Minas, no Brasil e no mundo, pelo seu trabalho como cientista, pelas suas posições políticas corajosas. Enfrentou a ditadura. Não sei como o Deputado Sargento Rodrigues se refere a isso, mas enfrentou a ditadura de forma corajosa e pagou por isso. Foi cassado pelo AI-5, teve de sair do Brasil para continuar a ter renda, e não admito que alguém discuta a honradez de minha família, muito menos o Deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoas presentes nas galerias, ocupamos hoje esta tribuna para agradecer ao povo de Belo Horizonte a belíssima votação que honrou o projeto político do Prefeito Célio de Castro. Tivemos nesta Capital 43,54% dos votos válidos, o que representa 518.600 votos. Sem sombra de dúvida, o PSB e os partidos que compõem a Frente BH Participativa entendem que o momento é de agradecimento e júbilo, mas também de muito trabalho. Muito trabalho para que possamos, junto com o povo de Belo Horizonte, levar aos nossos indecisos, a quem votou em branco, a quem não teve desejo de votar, a quem votou em outros candidatos que tão brilhantemente disputaram a eleição, de forma ética, de forma tranquila, de forma correta, a importância deste momento.

Cabe a nós, do PSB, e aos membros dos partidos que compõem a Frente ou que estarão conosco no 2º turno mostrar a importância desse projeto, de se dar prosseguimento ao projeto da bolsa-escola, ao orçamento participativo, ao BH Vida, pois sabemos que essa continuação vai, sobretudo, melhorar o projeto já desenvolvido há sete anos e alguns meses em Belo Horizonte, cidade vermelha, cidade referência, cidade que está dando exemplo de cidadania e de responsabilidade ao resto do Brasil.

Foi dito por Deputados que nos antecederam que o Prefeito Célio de Castro chegou ao final de sua campanha com a confiança de que já ganhara. Quem o conhece bem sabe que em momento algum o Prefeito teve essa postura; sabe que, a cada momento, ele conclamou a militância, conclamou o povo a estar com ele na próxima caminhada. Quem disse isso, sim, foram as pesquisas, que mostraram uma grande vantagem do Prefeito, candidato à reeleição, sobre os outros candidatos.

Portanto, essas histórias, falácias sobre a adesão do Cabo Júlio e o "já ganhou", não temos dúvida, são tentativas de desestabilizar o 2º turno em Belo Horizonte. Acreditamos, sem sombra de dúvida, que o eleitor consciente, sério, que sente no dia-a-dia o que representa a administração, vai continuar conosco. Já devemos estar com mais de 500 mil votos assegurados pela consciência do eleitor, mas sabemos que muitos outros poderão estar conosco.

Não queremos reafirmar o que tem sido feito em alguns momentos desta campanha, em que o desencanto de algumas pessoas menos favorecidas se mostra pela televisão, devido ao projeto e à política neoliberal que se instalaram no País, devido a todas as dificuldades que a Prefeitura de Belo Horizonte encontra junto ao Governo Federal.

Aliás, queremos registrar que não é só a nossa Prefeitura, mas também o Governo do Estado que se opõe radicalmente a esse projeto de recessão, de desemprego, de miséria, de aumento da violência. As pessoas têm usado desse artifício do desencanto, mas o nosso trabalho, hoje, é, na verdade, o de valorizar cada vez mais cada um dos companheiros, cada uma das companheiras que estiveram conosco nessa caminhada.

Queremos mostrar, sobretudo enquanto Deputada, cidadã e mulher, tudo o que já foi feito pela nossa política pública no que se refere à cidadania da mulher: o Programa Maria Maria, a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, a Casa Abrigo Sempre Viva, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher. Essas políticas fazem qualquer outra cidade deste País refletir sobre o que fazer com os 52% do eleitorado deste País constituídos pelas mulheres, que, até há algum tempo, estavam realmente desamparadas no que diz respeito à sua cidadania.

Hoje, a nossa Capital é exemplo, é modelo, mas o Partido Socialista Brasileiro, que teve essa belíssima vitória em Belo Horizonte no 1º turno, teve também um grande desempenho em outras cidades do nosso Estado. Quero destacar duas cidades: Mariana, onde, brilhantemente, nosso candidato, nosso Prefeito eleito, Celso Cota, deu um exemplo de cidadania, democracia e respeito para com o eleitor e de forma de fazer campanha. Não foi diferente em Sabará, onde tivemos nosso companheiro Wander Borges cotado em 1º lugar, em termos de aceitação popular no Estado de Minas Gerais, enquanto Prefeito, em pesquisa realizada muito antes de nossas eleições. Portanto, o PSB teve um belo desempenho nestas eleições. Quero aqui, como Presidente estadual desse partido, agradecer a todo o povo mineiro, que confiou no nosso trabalho, que elegeu nossos Prefeitos, nossos Vice-Prefeitos e nossos Vereadores, lembrando que tivemos mais de 2.200 candidatos a Vereador pelo PSB e o quanto é importante que o PSB e os partidos que integram uma grande frente de centro-esquerda neste Estado estejam unidos e coesos em projetos e programas que visem, como bem maior, o povo mineiro. Não estamos aqui falando ou discursando, porque sabemos que muitos discursos já tivemos, mas foram discursos da entrega do nosso patrimônio nacional, da miséria, da exceção e do desemprego.

Para finalizar, quero lembrar o belo trabalho que foi feito na área de segurança pública pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo Prefeito Célio de Castro, mostrando sua grande preocupação com a parceria com o Estado de Minas Gerais, alocando recursos da ordem de R\$3.900.000,00 para a Polícia Militar e criando nossos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Queremos trabalhar com segurança dessa forma, queremos e desejamos continuar com esse nosso trabalho.

Queremos dizer, enquanto companheira, enquanto Presidente do partido, do nosso desencanto com a fala do Deputado Amílcar Martins, que se dirigiu a um Deputado desta Casa, um dos mais votados, que teve uma votação brilhante, como um "sargentão". Queremos dizer, Sargento Rodrigues, que sabemos que muitas vezes nós, policiais, sofremos essa discriminação. Mas quero também dizer que esse superlativo colocado não o foi pelo grande policial que V. Exa. representa, não o foi pela grande liderança que V. Exa. é; foi, não tenho dúvida, no sentido pejorativo. Quero, também, lamentar que essas questões sejam colocadas aqui, porque desejamos, nesta tribuna, nesta Casa, sobretudo neste momento de 2º turno, que sejam trazidas propostas e projetos, para que possamos fazer um debate de alto nível. Não desejamos ter aqui insinuações maldosas, como foi feito na colocação sobre a adesão de Cabo Júlio. Não queremos aqui nenhum artifício que iluda o nosso eleitor nem, sobretudo, que diminua o nosso potencial e nossa forma de fazer política. Quero dizer, nobre Sargento Rodrigues, que o tenho na condição de Sargentão com "s" maiúsculo, como um grande policial, como um grande líder, como pessoa que teve um número de votos que faz inveja a muita gente e que é hoje uma liderança consolidada dentro de Minas Gerais, da nossa gloriosa Polícia Militar e do nosso partido, o PSB.

O Deputado Amílcar Martins* (em aparte) - Agradeço o aparte que V. Exa. me concede. Apenas quero lembrar que coloquei no contexto, com muita propriedade - e V. Exa. conhece tão bem a história do Brasil -, dizendo que aquela expressão havia sido usada em relação a Hermes da Fonseca, durante a primeira República brasileira.

V. Exa. talvez não tenha ouvido bem e não tenha compreendido bem, embora conheça a história da primeira República brasileira e saiba a quem estou me referindo. É uma expressão usada à época - sargentão sem compostura. Fiz a referência explícita ao contexto. Eu contextualizei a referência, porque sou modesto professor de História, da mesma forma como o meu pai foi um modesto professor na Faculdade de Medicina. Fiz apenas essa referência. V. Exa. sabe muito bem, porque conhece e sabe a seqüência dos Presidentes da República e que coube a Hermes da Fonseca essa referência de "sargentão sem compostura". Foi apenas isso o que quis dizer.

A Deputada Elaine Matozinhos - Deputado Amílcar Martins, queria apenas dizer que, sem sombra de dúvida, sabemos quanto, de forma especial, o partido que V. Exa. representa quer, de uma forma ou de outra, discriminar os nossos policiais. Não temos dúvida disso. Mas quero dizer a V. Exa. que o Deputado Sargento Rodrigues é "sargentão", sim, e que somos, no superlativo, sim, policiais do mais alto nível e hoje defendemos projetos que, em governos passados, levaram a situações catastróficas o nosso Estado. Esse assunto, não quero lembrar.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Ilustre companheira e colega do PSB Deputada Elaine Matozinhos, quero solidarizar-me com suas palavras em relação ao Deputado Sargento Rodrigues. É um líder brilhante, que vem representando com muita dignidade todo o segmento policial de Minas Gerais e todo o nosso povo.

É lamentável que o Deputado que a antecedeu tenha se referido com menosprezo à liderança do companheiro Deputado Sargento Rodrigues. Infelizmente, isso é do feitio do Deputado Amílcar Martins, e acredito que o povo mineiro não se sensibilizará ao ouvir as infâmias colocadas contra o Deputado Sargento Rodrigues.

Quero registrar minhas palavras e meu protesto contra as palavras dirigidas ao meu colega do PSB.

A Deputada Elaine Matozinhos - Muito obrigada, Deputado Chico Rafael.

Finalizando, quero fazer uma solicitação aos companheiros parlamentares: façamos desta tribuna e dos locais onde estivermos política com "P" maiúsculo, não essa politicagem e essa política de ofensa. Tivemos conhecimento de que, ontem, aqui, foram feitas inúmeras referências ao Prefeito Célio de Castro, as quais ele não merece. Não vamos aceitar esse tipo de debate. Não queremos baixar o nível dos debates políticos, porque Minas Gerais não merece, o povo não merece.

Portanto, que tenhamos serenidade e competência para fazer a política que cada um de nós deve saber fazer, e quem não sabe fazer não deveria estar aqui. Muito obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, nobres Deputados, público que nos visita, telespectadores, gostaríamos de deixar claro que o nosso intuito é contribuir para uma política séria, transparente, mas, acima de tudo, sem demagogia e politicagem.

Gostaria, Deputada Elaine Matozinhos, companheiro Chico Rafael, de deixar claro que endosso as palavras dos nobres companheiros do partido, porque o PSB, hoje, graças a Deus, tem uma bancada que tem participado ativamente deste parlamento e vem discutindo os projetos com grandeza e da melhor forma possível.

Quero dizer ao Deputado Amílcar Martins que gostaria que ele se informasse melhor e lesse as notas taquigráficas do meu pronunciamento. Estão aqui, nas minhas mãos. Caso o Deputado queira saber, não fiz nenhuma referência ao pai do Deputado. Fiz referência à minha família, ao meu pai, que era um simples açougueiro do interior, e disse o seguinte: a minha mãe, com o falecimento do meu pai, em 1968, chegou aqui com uma mala nas mãos e sete filhos. Sou filho de uma família humilde e pobre, mas venci uma luta incessante.

E é lógico que tive o reconhecimento da minha liderança naquele movimento que surgiu. Disputei também uma eleição em 1996 e fui o primeiro suplente na Capital mineira.

Gostaria de deixar claro o que falei. Repito com bastante clareza, para que o Deputado Amílcar Martins entenda. O que falei está nas notas taquigráficas. "Deixo claro que não sou despreparado..." porque V. Exa. usou essa palavra, tentando menosprezar a minha origem e a minha capacidade como Deputado Estadual. "Deixo claro que não sou despreparado. Despreparados são aqueles que não têm honrabilidade e apoiaram o Governo Eduardo Azeredo, que massacróu 185 pais de família - com muito custo, conseguimos anistiá-los -, que deixou a segurança pública à mercê de bandidos, que deixou os policiais passando fome."

V. Exa. foi Secretário do Governo Azeredo por duas vezes e eleito para ser Líder desse Governo nesta legislatura. Felizmente, o povo de Minas Gerais escolheu o melhor caminho, porque escolheu um Governador sério, honesto e íntegro. Ele pode até atrasar a folha de pagamento, como diz V. Exa. E eu concordo. Mas não deixa famílias passando fome, não deixa o funcionalismo público passando fome. Vou repetir para V. Exa. ter mais cuidado, porque não fiz referência ao seu pai. "Despreparados são aqueles que acompanham um governo como o de Azeredo, que teve a coragem de sucatear a segurança pública do Estado, deixando as famílias dos policiais passando fome, a ponto de termos de fazer um movimento revolucionário. O Governo Azeredo - do qual o Deputado Amílcar Martins foi Secretário - ficou por três anos sem pagar os fornecedores, desviou quase R\$1.000.000.000,00 do IPSM." Fui autor do pedido da formação da CPI. V. Exa. esteve lá, acompanhando o Secretário João Heraldo Lima, tentando amenizar a situação dele, quando interrogado naquela CPI. "O Governo Azeredo ficou sem pagar seus fornecedores, desviou, criminosamente, R\$1.500.000.000,00 do IPSEMG, tentou sucatear a CEMIG." Mas o Governo Itamar Franco resolveu a situação.

Quero deixar bem claro que, em momento algum, fiz alusão ao pai de V. Exa. Repito: sou de família pobre, não pertencço à elite tucana. Venho de uma liderança que surgiu do movimento de 1997. Tive 74.594 votos. Nunca precisei utilizar nada para chegar a este parlamento. Disse o Deputado Rogério Correia que V. Exa. foi apoiado pelo Governo Azeredo. Repudio o apoio de V. Exa., porque sabemos em que situação o Governador Itamar encontrou este Estado.

V. Exa. pode subestimar o "sargentão". Agradeço as palavras da Deputada Elaine Matozinhos. Sou "sargentão", sim. Sou "sargentão", porque, enquanto muitos dormiam na Zona Sul, eu estava combatendo o crime, trocando tiros com bandidos. Podem pegar a minha ficha policial e ver quantos elogios há. Eu pegava touro a unha para ganhar R\$486,00 do Governo de V. Exa., Governo que nunca nos pagou um salário adequado. A esposa do ex-Governador tratava os oficiais de praça como cachorros, como é do nosso conhecimento. Então, esse "sargentão" estava combatendo o crime e os bandidos, salvando a população, enquanto muitos dos que estão aqui dormiam em suas casas, na Zona Sul.

Sou "sargentão" de polícia e o serei enquanto Deus me mantiver vivo e continuar neste parlamento.

O Deputado Miguel Martini - Estamos subindo à tribuna para falar da apresentação de um projeto de lei de nossa autoria, que dispõe sobre o uso de aeronaves oficiais no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e de empresas públicas. A intenção do projeto de lei é acabar com a má utilização das aeronaves por parte do Governo. Segundo a imprensa, até o Vice-Governador admitiu que não usa apenas um helicóptero, que nem quis pintar com as cores da Polícia Militar. Quem o vê até acha que é propriedade particular do Vice-Governador, tal a utilização que faz daquela aeronave.

Disse, ainda, acintosamente, para o jornalista: "Escreve que não é só esse helicóptero que utilizo, também uso outras aeronaves do Estado". Vimos a prática do Vice-Governador e de sua esposa, a Secretária do Trabalho, que utiliza helicóptero do IEF, proibido pelo próprio decreto do Governador para fazer campanha política. Imaginem: se ficamos sabendo disso, o que não poderá estar acontecendo com a utilização dessas aeronaves?

O nosso projeto de lei visa disciplinar a utilização dessas aeronaves para que seja feita apenas em visitas oficiais e de acordo com as autoridades listadas na legislação. Já apresentamos um requerimento solicitando informações sobre todas as aeronaves do Estado: os vôos que fizeram, as pessoas que as estavam ocupando e para qual missão as estavam utilizando. Vamos aprovar esse requerimento na Casa. Essa legislação visa dar transparência.

Com a aprovação desse projeto, as aeronaves terão que ser pintadas para fazer o que o Vice-Governador tem feito. Não sabemos quantas outras aeronaves estão sendo utilizadas dessa maneira. A Assembléia Legislativa deverá ser informada, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira, de três em três meses, da listagem de todos os vôos, origem e destino, missão, o responsável pela aeronave e os passageiros, para que a sociedade, por meio da Assembléia Legislativa, fique sabendo como estão sendo utilizadas as aeronaves. Deverá também ser disponibilizada, no "site" do Governo do Estado, a listagem de todos esses vôos, da mesma forma como deve ser informado para quê. Assim, acabaremos com essa farra da utilização de aeronaves para campanha, passeios, Angra dos Reis e outros lugares.

O engraçado e mais chocante é que esse Governo não foi capaz de emprestar uma aeronave para salvar a vida de uma jovem, que morreu, mas o Vice-Governador pode utilizar livremente e, segundo suas palavras, quando quiser, todas as aeronaves do Estado. O Poder Legislativo tem que agir rigorosamente. Já convocamos a Secretária do Trabalho para que aqui venha. Comprovado isso, vamos exigir que a Secretária indenize o Estado. Vamos exigir, ainda, que o Governador tome providências.

O engraçado é que, quando se trata da mulher do Vice, o Governador fica quieto e não fala nada. Quando se tratava de outros auxiliares, S. Exa. demitia, afastava ou fazia alguma coisa. Mas, quando se trata da mulher do Vice-Governador e dele próprio, nada é feito. Não sabemos que acordos foram feitos para que tivesse que ficar calado sempre que houvesse uma suspeita ou denúncia em relação ao Vice-Governador, à sua esposa ou à sua família.

Esse projeto de lei visa dar transparência e acabar, de uma vez por todas, com a prática de transformar todas as aeronaves do Estado em objetos de uso pessoal, para assuntos

privados, particulares e familiares. O povo de Minas Gerais, ao final deste ano, com este Governo, estará amargando um déficit de cerca de R\$1.200.000.000,00, conforme o previsto - e pode ser até mais. Não há dinheiro para pagar o funcionalismo na data, mas há para ficar passeando de aeronave pelo Estado, levando os apaniguados do Governador para fazer campanha política e outras coisas mais; não podemos aceitar isto.

Estaremos apresentando esse projeto de lei. Tenho certeza de que esta Casa, de uma vez por todas, vai moralizar essa questão do abuso na utilização das aeronaves. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero ficar prolongando demais esse debate, que acrescenta pouco às questões de interesse maior de nossa população, mas não poderia deixar de, mais uma vez, registrar algumas questões pontuais, com absoluta serenidade.

As acusações feitas pelo Deputado Sargento Rodrigues ao Governo Eduardo Azeredo, com palavras inadequadas e mentirosas, como desvio, sugerindo algum furto de dinheiro, já é arroz-com-feijão dessas pessoas que não têm compromisso com a verdade. Ele faz uma apologia do Governo Itamar Franco, mas o andar da carruagem - e já temos quase dois anos de governo - fala por si mesmo. A própria população pode avaliar melhor do que eu a falta de governo e de administração, inclusive considerando-se esse novo anúncio de que o pagamento da primeira chamada da folha do Estado será no dia 13. Volto a lembrar que o Governo Itamar Franco foi beneficiado com R\$100.000.000,00 a mais, por mês, em sua receita mensal, sem nenhum esforço, graças ao aumento do preço dos combustíveis e da taxa de energia elétrica, ou seja, por meio dos aumentos do Governo Federal.

Não vou discutir isso, quero apenas dizer que a demagogia extrema pode fazer a apologia da ignorância. Origem modesta por origem modesta, muitos de nós, nesta Casa, se não a maioria, tivemos. Meu pai foi um funcionário público que criou nove filhos, única e exclusivamente, com seu salário. Mas fazer apologia da falta de escolaridade parece-me uma distorção grosseira dos fatos que realmente interessam a todas as pessoas. De minha parte, sinto-me honrado de ter sido estimulado a estudar. Não tenho prontuário nem folha corrida, mas um "curriculum vitae" de serviços prestados à Universidade Federal de Minas Gerais, a pesquisas históricas, sobretudo de Minas Gerais e, com muita honra, à população de Belo Horizonte e do Estado. O Deputado Sargento Rodrigues, mais uma vez, equivocou-se, ao dizer que fui Secretário de Estado por duas vezes, pois fui Secretário de Estado da Casa Civil, Secretário de Estado da Comunicação, e Secretário de Estado da Cultura no Governo Eduardo Azeredo. Isso engrandece muito meu currículo e, para mim, é motivo de orgulho. Posso estar enganado. Depois das distorções que temos visto e de manifestações demagógicas, não sei se devo envergonhar-me de ter estudado e feito curso superior, mestrado e doutorado, com muito esforço, pois quem já fez sabe que não é fácil. Orgulho-me de ter um "curriculum vitae" com trabalhos publicados, uma contribuição dada à pesquisa de Minas Gerais e uma contribuição dada ao serviço público, em Belo Horizonte e Minas Gerais. Não tenho prontuário. Tenho "curriculum vitae". Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Art Portões Automáticos Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em cancelas e portões eletrônicos. Objeto do aditamento: prorrogação com manutenção de preço. Vigência: de 21/10/2000 a 21/10/2001. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 3132 (301).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Juliana Cardoso Leão. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 3132 (301). Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.